COOP NA COP

COP31 • ANTÁLIA, TURQUIA

MANIFESTO DO COOP PARA A COP31

Cooperação como caminho para a implementação da agenda climática

SistemaOCB


Acompanhe o
coop brasileiro
na COP31 no site:
coopnacop.coop.br

ABERTURA INSTITUCIONAL

A agenda climática internacional entra em uma nova etapa: o desafio já não é apenas definir compromissos, mas transformá-los em resultados concretos. Após os avanços construídos nas últimas Conferências do Clima, a Presidência da COP31 propõe uma abordagem orientada à implementação, guiada pelos princípios de Diálogo, Consenso e Ação. Seus eixos prioritários (transição para energia limpa e ampliação da eletrificação, segurança alimentar e agricultura resiliente, economia circular e redução de resíduos, industrialização verde, adaptação das cidades, educação e formação de novas gerações, e o fortalecimento de mecanismos que aproximem financiamento e implementação) dialogam diretamente com a trajetória construída pelo cooperativismo brasileiro.

Esse direcionamento dá continuidade ao posicionamento apresentado pelo cooperativismo na COP30, **quando defendemos o verde como valor social e econômico, o clima como vetor de desenvolvimento, as comunidades como foco das ações e o cooperativismo como caminho e oportunidade de aterrissar a agenda climática dos territórios**. Defendemos também uma agenda climática capaz de reconhecer as particularidades dos países tropicais, conciliar desenvolvimento e sustentabilidade e levar financiamento, inovação e tecnologia a quem produz e vive nos territórios.

Para a COP31, essas premissas permanecem e ganham ainda mais relevância. A prioridade agora é acelerar a implementação, o que exige transformar grandes objetivos em ações locais: organizar atores, mobilizar recursos, disseminar conhecimento e tecnologia e dar escala a soluções sustentáveis.

É nesse terreno que o cooperativismo se coloca como parceiro estratégico. Somos 4.400 cooperativas, 29 milhões de cooperados e 613,4 mil empregos diretos, com presença em 3.425 municípios. Em 2025, as cooperativas movimentaram R$ 848,4 bilhões em ingressos, acumularam R$ 1,6 trilhão em ativos e registraram R$ 61,3 bilhões em sobras, números que traduzem uma capilaridade de atuação nos territórios.

Cooperativas são formadas por pessoas que se unem voluntariamente para atender às suas necessidades e objetivos econômicos e sociais, por meia da gestão conjunta e democrática de maneira sustentável e inclusiva. Geram valor econômico, social, e humano e transformam as comunidades onde estão presentes. Facilitam o acesso a crédito, conhecimento, tecnologia, assistência técnica, mercados e infraestrutura. Criam escala para iniciativas que, individualmente, poderiam não alcançar viabilidade econômica. Ao mesmo tempo, mantêm vínculos permanentes com as comunidades em que estão inseridas.

E é nesse espaço entre ambição global e a ação local que o cooperativismo brasileiro chega à COP31, para reafirmar compromissos e demonstrar sua capacidade de atuar como um instrumento de implementação da agenda climática. Segurança alimentar, financiamento climático, transição energética, bioeconomia, economia circular e resiliência climática são desafios globais que dependem de soluções construídas e executadas localmente. Por isso, o cooperativismo é caminho e oportunidade para transformar metas climáticas em desenvolvimento sustentável, inclusivo e conectado às pessoas.

Cooperar é implementar.

Sistema OCB

PROPOSTAS DO COOPERATIVISMO BRASILEIRO PARA A COP31

A agenda climática global deve reconhecer o verde como um valor social e econômico, promovendo a produção sustentável e a preservação ambiental. O clima deve ser um vetor de desenvolvimento, sem gerar barreiras comerciais ou limitar o acesso a mercados. As políticas climáticas precisam ter as comunidades no centro, impulsionando o desenvolvimento local e a inclusão produtiva e financeira. Além disso, o cooperativismo deve ser visto como caminho estratégico para fortalecer a sustentabilidade e viabilizar a implementação eficaz dessa agenda.

Para tanto, centralizamos as nossas propostas em cinco eixos temáticos, os quais destacamos a seguir:

1 Segurança alimentar, tecnologia e agricultura de baixo carbono

Garantir segurança alimentar em um cenário de mudanças climáticas exige conciliar aumento da capacidade de produção, conservação dos recursos naturais, redução das emissões e maior capacidade de adaptação dos sistemas agroalimentares.

Presente em todos os elos da cadeia produtiva, o cooperativismo agropecuário brasileiro cumpre papel estratégico nesse processo: as 1.254 cooperativas do ramo reúnem mais de 1,13 milhão de cooperados, responsáveis por 53% da produção nacional de grãos e por 25% da capacidade de armazenagem do país (IBGE e CONAB). Mais de 10,7 mil profissionais de assistência técnica e extensão rural apoiam a disseminação de novas práticas e tecnologias, ampliando o acesso a insumos, estrutura de armazenagem, agregação de valor e comercialização.

O setor reafirma a importância de adaptar os padrões internacionais de sustentabilidade à realidade da agricultura tropical, valorizar ambientalmente as cadeias produtivas e investir em tecnologia e infraestrutura. O modelo cooperativista já é referência na disseminação de práticas de agricultura de baixo carbono, conservação do solo e da água, recuperação de áreas degradadas, tratamento de resíduos, bioinsumos e inovação e essa contribuição dialoga diretamente com a prioridade da COP31 para a segurança alimentar, os sistemas agrícolas sustentáveis e a formação de jovens agricultores em práticas resilientes ao clima. Para tanto, defendemos:

- A segurança alimentar deve avançar em conjunto com a sustentabilidade, sem criar barreiras injustificadas ao comércio. Produzir alimentos e energia, gerar renda e conservar recursos naturais são objetivos que precisam avançar de maneira integrada;
- Promoção da produção e o uso dos biocombustíveis e energias renováveis na transição energética;
- Fortalecer a agricultura tropical sustentável como parte da solução climática global;
- Reconhecer métricas e tecnologias adequadas às condições produtivas dos países tropicais;
- Ampliar assistência técnica, pesquisa, conectividade e transferência de tecnologias de baixo carbono;
- Fortalecer o Plano ABC+, os bioinsumos e a agricultura regenerativa;
- Usar a estrutura das cooperativas para levar educação climática aos produtores, com atenção às novas gerações.

2 Valorização das comunidades e devido acesso ao financiamento climático

A transição climática somente será efetiva se recursos financeiros alcançarem as comunidades responsáveis por colocar as soluções em prática. O cooperativismo brasileiro defende a descentralização do financiamento climático, a ampliação do acesso a fundos públicos e privados, o desenvolvimento de instrumentos econômicos verdes e a participação das cooperativas no mercado de carbono e nas políticas de pagamento por serviços ambientais.

O cooperativismo de crédito (682 cooperativas, 22,96 milhões de cooperados e 134,4 mil empregos diretos) tem presença física em 59% dos municípios brasileiros e, em 1.072 cidades, é a única instituição financeira em funcionamento. Essa capilaridade aproxima recursos de produtores, pequenos negócios e comunidades que, isoladamente, encontrariam mais dificuldade para estruturar projetos ou acessar financiamento climático.

Essa capacidade converge com a proposta da Presidência da COP31 de fortalecer uma *Climate Implementation Bridge* (CIB), que aproxima prioridades climáticas, projetos financiáveis, capital e execução. Cooperativas podem agregar projetos, organizar beneficiários, reduzir custos de transação e transformar iniciativas de menor escala em investimentos estruturados. Portanto, defendemos:

- Reconhecer cooperativas, especialmente as de crédito, como parceiras da implementação territorial do financiamento climático;
- Desenvolver instrumentos que agreguem pequenos projetos em carteiras financiáveis;
- Reduzir barreiras de acesso aos fundos climáticos e ampliar garantias e mecanismos de mitigação de risco;
- Assegurar participação das cooperativas nos mercados de carbono e de serviços ambientais;
- Estimular parcerias entre fundos públicos, instituições multilaterais, investidores privados e sistemas financeiros cooperativos.

3 Transição energética e desenvolvimento sustentável

A transição energética deve combinar descarbonização, segurança energética, competitividade e inclusão. O cooperativismo brasileiro defende o ganho de escala na geração renovável, o fortalecimento da energia solar, eólica, biomassa e biogás, a expansão dos biocombustíveis e o reconhecimento das cooperativas como atores de uma transição energética descentralizada e justa.

Entre os objetivos da Agenda de Ação da Presidência da COP31 está elevar, até 2035, a participação da eletricidade na demanda final global de energia de pouco mais de 20% para 35%, acompanhada pela expansão de fontes limpas, redes e eficiência energética, reconhecendo que infraestrutura, financiamento e regulação ainda são barreiras a essa transformação.

O cooperativismo já contribui concretamente para esse objetivo. As cooperativas de distribuição de energia operam uma rede de aproximadamente 115 mil quilômetros e 42 subestações próprias, levando energia a áreas de baixa densidade populacional em 800 municípios. Na geração convencional para comercialização, são 77 usinas em operação e mais de 405 MW de potência instalada de fontes renováveis. Considerando cooperativas de todos os ramos, 1.017 delas já possuem geração própria, distribuídas em 6.503 empreendimentos, que somam cerca de 710,8 MW de potência instalada — evidência de que eletrificação, desenvolvimento local e organização comunitária podem caminhar juntos.

Energia limpa não deve representar apenas mudança de fonte: deve ampliar acesso, gerar desenvolvimento e criar oportunidades para as comunidades. Portanto, a transição será mais justa quando comunidades, produtores e pequenos negócios também puderem acessar e compartilhar seus benefícios. Sendo assim, defendemos:

- Reconhecer as cooperativas, em particular as de geração e distribuição como parceiras estratégicas da expansão da eletrificação e das energias renováveis;

- Criar condições regulatórias e financeiras para modernização e expansão das redes cooperativas;
- Incentivar geração distribuída, armazenamento e eficiência energética;
- Ampliar a produção e o aproveitamento de biogás, biometano e outras fontes renováveis;
- Fortalecer os biocombustíveis como instrumento de transição e desenvolvimento das cadeias produtivas.

4 Bioeconomia como oportunidade de desenvolvimento

A bioeconomia é uma oportunidade para transformar a biodiversidade, a biomassa e os conhecimentos científicos e tradicionais em desenvolvimento produtivo, agregação de valor e geração de trabalho e renda, por meio do uso sustentável, da regeneração e da conservação dos recursos naturais. Orientada pela inovação, pela tecnologia, pela inclusão e pela justiça, contribui para conciliar competitividade, conservação da biodiversidade e equilíbrio climático. Para o cooperativismo brasileiro, essa agenda precisa ser adaptada às particularidades de cada bioma, valorizar as comunidades locais, estimular pesquisa e biotecnologia, ampliar a rastreabilidade e agregar valor às cadeias produtivas — com atenção também à economia circular, à logística reversa e ao aproveitamento racional dos recursos.

A COP31 amplia a relevância desse debate ao incluir a redução de resíduos e a economia circular entre suas prioridades de implementação, com a meta de reduzir pela metade o crescimento do lixo global até 2035.

O cooperativismo oferece soluções concretas nas duas frentes: o Ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços reúne 601 cooperativas, 188,5 mil cooperados e 11,2 mil empregos diretos, dos quais 114 cooperativas dedicam-se à gestão de resíduos e à reciclagem, atuando na coleta, triagem, reaproveitamento e logística reversa de materiais. Além disso, cooperativas organizam cadeias da sociobiodiversidade, agregam valor à produção local, ampliam o acesso a mercados e distribuem de forma mais equilibrada os benefícios econômicos gerados pelo uso sustentável dos recursos naturais.

Portanto, a bioeconomia e a circularidade precisam gerar valor não apenas ambiental, mas também econômico e social para as pessoas e territórios onde os recursos estão presentes. Sendo assim, defendemos:

- Ampliar políticas e instrumentos financeiros, com o Pagamento por Serviços Ambientais, destinados às bioeconomias regionais;
- Estimular pesquisa, inovação, rastreabilidade e agregação de valor às cadeias da biodiversidade;
- Garantir que comunidades locais participem dos benefícios econômicos gerados;
- Reconhecer e fortalecer as cooperativas de reciclagem como agentes da economia circular e da redução de resíduos;
- Incentivar logística reversa, reciclagem e valorização de materiais secundários;
- Melhoria da infraestrutura e das condições estruturais para que sistemas produtivos sustentáveis sejam conectados aos mercados e cadeias de valor;
- Fomentar soluções cooperativas para aproveitamento de resíduos agroindustriais, biofertilizantes, biogás e biometano.

5 Adaptação e mitigação de riscos climáticos

Os impactos das mudanças climáticas já fazem parte do cotidiano das comunidades, das cidades e das atividades produtivas. Secas, enchentes, ondas de calor, incêndios e outros eventos extremos afetam produção, infraestrutura, saúde, renda e segurança alimentar. Fortalecer as políticas de adaptação, valorizar o Plano ABC+, efetivar o Código Florestal, aprimorar os seguros climáticos e investir em infraestrutura resiliente são passos indispensáveis para responder a esses riscos.

A COP31 reforça a adaptação como elemento essencial da implementação climática, com atenção a cidades resilientes, segurança alimentar, saúde, infraestrutura e integração entre as agendas de clima, biodiversidade e combate à degradação da terra. Mas é na atuação local que essas políticas se concretizam e a capilaridade é um dos principais ativos do cooperativismo.

Presentes em 3.425 municípios, as cooperativas atuam em setores diretamente ligados à capacidade de resposta dos territórios: sua proximidade com os cooperados permite identificar riscos, disseminar informações, facilitar o acesso a crédito, assistência técnica e proteção financeira, e estruturar soluções adequadas a cada região. Para tanto, é necessário:

- Ampliar a participação das cooperativas na elaboração e implementação dos planos nacionais e locais de adaptação;
- Fortalecer seguros e outros instrumentos de proteção financeira contra riscos climáticos;
- Priorizar investimentos preventivos em infraestrutura resiliente;
- Ampliar sistemas de monitoramento, alerta e gestão de riscos;
- Estimular soluções baseadas na natureza e estratégias territoriais construídas com participação das comunidades.

Uma agenda para transformar compromissos em resultados

A COP31 propõe levar a ação climática além das salas de negociação e torná-la visível nos campos, nas cidades, nas indústrias, nos sistemas de energia e na vida das pessoas. O cooperativismo brasileiro está preparado para contribuir com esse propósito.

Nossa proposta é fortalecer uma agenda climática que reconheça as diferentes realidades dos países e dos territórios, valorize soluções já existentes e crie condições para que tecnologia, financiamento e oportunidades cheguem às comunidades.

O desafio climático é global. A implementação é local. E a cooperação é o caminho que conecta essas duas dimensões.

O cooperativismo brasileiro reafirma seu compromisso com uma transição sustentável, justa e inclusiva, e se coloca como parceiro na construção de soluções capazes de transformar compromissos climáticos em resultados concretos.

COOP NA COOP

somos COOP

@somoscoop

www.somoscoop.br

SistemaOCB

CNCOOP | OCB | SESCOOP

@sistemaocb

somoscooperativismo.coop.br